



Planejar a missão e discernir os caminhos

Chances e desafios para a implementação das indicações das DGAE 2026-2032

INAPAZ¹

Um caminho de renovação eclesial

1. A aprovação das Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil (DGAE 2026-2032), durante a 62ª Assembleia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, coloca para toda a Igreja no país o desafio de sua implementação. Fruto de um processo de escuta, participação e discernimento iniciado em 2022, as Diretrizes situam-se na continuidade da recepção do Concílio Vaticano II, da tradição pastoral da CNBB e do caminho sinodal percorrido pela Igreja. Seu objetivo é aprofundar intuições já presentes na caminhada eclesial brasileira, conferindo-lhes uma configuração capaz de responder às transformações culturais, identificadas recorrentemente na transformação do que se convencionou chamar *ethos* religioso brasileiro, sem desconsiderar as transformações sociais e tecnológicas do tempo presente. Nesta análise dá-se continuidade à apresentada ao CONSEP em maio de 2026, sob o título *O dom se faz tarefa. Chances e desafios para a implantação das novas DGAE*. Naquela análise, dava-se um primeiro passo para olhar o caminho de implementação das DGAE. Nesta análise, considerando-se situações mais recentes, destacam-se aspectos que não foram mencionados na análise de maio.
2. Esta escolha reiterada se deve ao fato de que o INAPAZ tem, entre suas finalidades, a de contribuir para a construção e a implementação das Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil (DGAE). Abordando em cada análise aspectos específicos da realidade brasileira e sua incidência sobre a ação evangelizadora, o INAPAZ sempre teve a preocupação de colaborar na construção e, agora, depois da aprovação, na implementação das DGAE. A questão fundamental que se apresenta ao

¹ A equipe do INAPAZ é atualmente composta por D. Joel Portella Amado, D. Wellington Queiróz, D. Jânison de Sá Santos, Pe. Abimar Oliveira de Moraes, Pe. André Márcio Nogueira de Souza, Pe. Danilo Pinto dos Santos, Pe. Douglas Alves Fontes, Pe. Marcelo Batalioto, Pe. Marcial Maçaneiro, Sra. Maria Inês Castro Millen, Srta. Mariana Venâncio, Irmã Sueli Cruz, Pe. Tiago Ávila Camargo e Pe. Waldecir Gonzaga.





episcopado brasileiro é a seguinte: como fazer com que as Diretrizes sejam efetivamente recebidas como um caminho comum de conversão missionária, e não apenas como mais um documento a ser conhecido, citado ou incorporado formalmente aos planejamentos pastorais? Essa pergunta é decisiva porque a recepção de uma orientação pastoral não se realiza automaticamente por sua aprovação. Entre a formulação das Diretrizes e sua concretização na vida das dioceses, paróquias, comunidades, pastorais, movimentos e organismos eclesiais, existe um percurso que exige interpretação, discernimento, formação, revisão de práticas e acompanhamento.²

3. É por isso que, retomando categorias interpretativas já utilizadas em análises anteriores, convida o Conselho Permanente a refletir sobre a relação entre a tarefa de implementar as DGAE e o terreno em que esta tarefa é chamada a acontecer. Para tanto, serão percorridos alguns passos. Partindo da recordação dos instrumentais interpretativos da realidade, esta análise indica aspectos considerados positivos para a implementação e que, por isso mesmo, não podem ser deixados de lado. Em seguida, recorda algumas dificuldades transversais, isto é, que não estando unicamente relacionadas às DGAE, influenciam diretamente sua implementação. Em terceiro lugar, traz à reflexão aspectos que especificamente incidem sobre as indicações evangelizadoras presentes nas DGAE para, ao final, ousar algumas indicações.

Os instrumentais interpretativos

4. Ao longo deste quadriênio, as análises de conjuntura eclesial têm colocado seu foco interpretativo em aspectos socioculturais e sua relação com a ação evangelizadora. Têm se baseado principalmente naquele conjunto de elementos que resultam da interação entre a organização social e as expressões de comportamento, crenças e valores predominantes no Brasil de nossos dias. Com isso, as análises têm chamado a atenção para o que

² A esse respeito, é oportuno frisar a realização de inúmeros encontros formativos em nível diocesano e paroquial, com o intuito de conhecer, estudar e conjugar as Diretrizes aos planos de ação pastoral das dioceses e paróquias. Como exemplo, pode-se mencionar o envolvimento dos membros do INAPAZ em assessorias em muitas dioceses brasileiras.





indicam como um *novo lugar sociocultural da Igreja*, denominando-o como *pós-cristandade*. Neste período, o catolicismo deixa de ser a religião predominante no Brasil, tanto em números quanto em fornecimento de valores, compreensões e linguagens para a totalidade da vida. Em números absolutos, o Brasil continua sendo a maior nação católica do mundo, mas a Igreja deixou de ser a referência existencial e moral dos brasileiros para se tornar uma opção entre várias, em um mercado de crenças altamente competitivo e individualizado. Como tão insistido nas análises deste quadriênio, trata-se da passagem de um contexto em que a palavra da Igreja possuía considerável força normativa sobre a moral e os costumes para outro em que essa palavra continua relevante, porém mais frequentemente questionada, negociada e confrontada com outras fontes de autoridade. Desse modo, implementar as atuais DGAE significa fazê-lo em um contexto com alta pluralidade, individualização, escolha, mobilidade e imanentização, entre outros aspectos. Sem a clareza a respeito desta realidade, o caminho evangelizador encontrará dificuldade, tornando-se mais lento ou até mesmo impossibilitado. Desse modo, assim como foram construídas na consideração de um tempo de pós-cristandade, as DGAE pedem que, na etapa da implementação, esta mesma pós-cristandade seja considerada, pois expectativas e práticas de cristandade não funcionarão. Importa analisar a realidade de forma equilibrada e criteriosa, considerando tanto seus aspectos facilitadores quanto dificultadores, evitando avaliações marcadas pelo ufanismo ou pelo pessimismo.

Alguns aspectos facilitadores

5. A relação entre as atuais DGAE e o contexto de pós-cristandade acompanhou todo o processo de elaboração, embora nem sempre se tenha explicitado deste modo. A consideração, por exemplo, das transformações ligadas à transmissão da fé ou os diferentes modos de viver o catolicismo, como expressão de um contexto cada vez mais plural são indicativos desse vínculo entre as DGAE e a pós-cristandade. Destaca-se de modo especial o capítulo II, intitulado *A escuta dos sinais*, com sua conclusão (nº 40). Para chegar a esse patamar, a Introdução das DGAE (especialmente nn. 4-7), recorda que foi realizado um amplo processo de consulta, o qual resultou em





aprovação praticamente unânime na 62ª AGO. Este, portanto, é o primeiro aspecto a ser considerado na implementação. Enquanto o cumprimento do Estatuto e do Regimento da CNBB propiciam legalidade canônica às DGAE, o processo de escuta realizado em sua construção e a aprovação praticamente unânime fornecem legitimidade a elas, não sendo possível dizer que não representem o modo como a Igreja no Brasil, por certo com toda a sua diversidade, compreende a concretização da missão evangelizadora atualmente ³.

6. Além disso, é preciso considerar como fator positivo para o implemento das DGAE o modo como o texto foi elaborado. As DGAE estão escritas com clareza e sentido pastoral, sem, contudo, descaracterizar o gênero literário de um documento proveniente de uma Conferência Episcopal. Ao contrário, a clareza é reflexo exatamente desta preocupação pastoral que tem marcado a história da produção de documentos em nossa conferência. É fato que, ao submeter um documento aos quase 500 bispos, sempre acontecem duas situações. De um lado, o desejo de que determinadas situações estejam explicitamente contempladas no texto e, de outro, o pedido para que as diversas versões dos instrumentos de trabalho recebam formulações mais adequadas a um ou outro tipo de leitor e leitora, a um ou outro tipo de contexto. Com um Brasil tão diversificado, torna-se um desafio contínuo encontrar formulações adequadas. O atual texto conseguiu esse intento, tornando-se acessível na linguagem. Interessante lembrar que a CNBB recebe algumas vezes o pedido pelas chamadas versões populares, em geral de tamanho menor, apenas com as indicações indispensáveis e em linguagem mais próxima de um grupo ou região. Por certo, tais versões fazem parte dos instrumentos de compreensão das DGAE e por isso, quando realmente necessárias, podem e devem ser implementadas. As atuais DGAE, entretanto, têm se mostrado aptas a dialogarem com os diversos contextos presentes na realidade brasileira.

Aspectos dificultadores em qualquer situação

³ No momento em que se completava esta análise, as Edições CNBB informaram que até então haviam sido vendidos 169 mil exemplares impressos do Documento 114 e 152 e-books.





7. Quanto aos aspectos que podem dificultar a implementação, encontram-se em primeiro lugar alguns princípios de gestão válidos para qualquer instituição. O fato de as DGAE serem destinadas à ação evangelizadora não isenta sua implementação dos princípios gerais de gestão. Dentre os fatores que podem dificultar qualquer implementação de planos, seja na Igreja ou não, destaca-se o papel das lideranças e sua relação com as equipes, os setores e as instâncias. A falta de acompanhamento mais próximo dos processos de implementação não os torna apenas mais lentos. Em situações mais difíceis de enfrentamento, esta falta pode se tornar até mesmo um impeditivo.
8. Lideranças pouco comprometidas com a execução das decisões e sem resiliências não só não levam à frente os processos de implementação mas também correm o forte risco de se tornarem, elas mesmas, impeditivos a esse processo. A isso se deve ainda acrescentar a dificuldade das lideranças quanto à resiliência, pois a continuidade de determinados processos institucionais depende da existência de lideranças capazes de enfrentar dificuldades, adaptar-se às mudanças e manter o rumo mesmo diante de obstáculos. Sem esse tipo de liderança, um processo pode perder impulso, ser adiado ou até mesmo abandonado. A ausência de lideranças capazes de sustentar a continuidade dos processos diante de adversidades, resistências e mudanças de contexto pode não apenas retardar sua implementação, mas também comprometer sua continuidade.
9. Outro elemento dificultador da implementação de projetos diz respeito à comunicação interna deficiente, isto é, que não seja clara, contínua, transparente e participativa. Uma decisão, mesmo quando legitimamente aprovada, dificilmente se transforma em prática efetiva se não for comunicada, compreendida, assumida e acompanhada pelos responsáveis por sua execução. Uma comunicação deficiente pode comprometer todo o percurso entre a decisão e sua concretização. Seus efeitos aparecem na perda de clareza sobre as prioridades, na desarticulação entre os responsáveis pela execução, no enfraquecimento do compromisso das diversas instâncias, no fortalecimento de resistências e conflitos, e na consequente descontinuidade dos processos. Mais do que um problema de transmissão de informações, trata-se da fragilidade na articulação entre decisão, compreensão, responsabilidade e ação.





Mudanças no contexto e incapacidade de interagir

10. Um segundo grupo de dificuldades emerge do atual contexto mundial e brasileiro, atingindo diversas instâncias da vida de pessoas e grupos e, por conseguinte, também do caminhar evangelizador. Neste grupo, podemos considerar a *transformação no conceito de verdade*, valorizando-se seletivamente aquilo em que já se acredita. Os fatos objetivos passam a ter menos influência na formação das opiniões públicas do que as emoções, as crenças pessoais, os preconceitos e os interesses de determinados grupos. Assim, em determinados contextos, aquilo que uma pessoa deseja acreditar ou que confirma sua visão de mundo pode adquirir mais importância do que aquilo que as evidências demonstram. No mundo atual, este fenômeno está especialmente relacionado à circulação de informações nas redes sociais, à polarização, à desconfiança nas instituições e à facilidade com que conteúdos enganosos podem ser produzidos e compartilhados. Trata-se de um fenômeno cultural e comunicacional no qual as crenças e as emoções podem prevalecer sobre os fatos na formação das opiniões e na tomada de decisões. Não se trata, bem sabemos, apenas de discordância, pois pessoas e grupos podem interpretar os mesmos fatos de maneiras diferentes sem necessariamente estarem inseridos em uma dinâmica de pós-verdade. O problema se intensifica quando as evidências deixam de ser consideradas como critérios relevantes para avaliar as afirmações. Entre suas consequências estão o aprofundamento dos conflitos e das polarizações, a dificuldade de construir consensos, a desqualificação de objetivos e projetos sem exame de seus argumentos, a propagação de suspeitas e acusações infundadas e a fragilização das instituições e dos processos de decisão comunitária. Esta realidade pode dificultar a recepção das DGAE quando informações distorcidas, interpretações parciais ou preconceitos sobre determinadas pessoas ou instituições passam a orientar o julgamento da comunidade. Em consequência, tanto as DGAE quanto outras orientações da CNBB podem ser rejeitadas antes mesmo de serem lidas, porque circula a crença de que a CNBB contraria a fé da Igreja.
11. Por sua vez, este processo de crise da verdade, liga-se diretamente ao que, ao longo de diversas análises nesse quadriênio, se tem insistido a respeito da





individualização e da consequente *crise da comunhão*, fato que atinge igualmente a vivência e a transmissão da fé. Trata-se das dificuldades contemporâneas de construir, sustentar e experimentar vínculos humanos duradouros, baseados no reconhecimento mútuo, na reciprocidade, na partilha e no pertencimento a uma realidade comum. Esta crise não consiste simplesmente em as pessoas estarem mais isoladas, porém em uma dificuldade mais profunda. Como, portanto, anunciar e trabalhar para construir um mundo compartilhado em um contexto que valoriza simultaneamente a autonomia individual, a competição, o desempenho e a liberdade de escolha? Vivemos um tempo que experimenta a dificuldade de construção dos vínculos sociais, a fragilização das relações de confiança, solidariedade, vizinhança, amizade e participação coletiva. Implica ainda a dificuldade de reconhecer problemas, referências, responsabilidades e instituições compartilhadas. A divergência deixa de ser apenas um desacordo, podendo se transformar na incapacidade de reconhecer o outro como interlocutor legítimo.

Transformações na experiência religiosa

12. Nesse contexto, a implementação das DGAE tem diante de si o desafio trazido pelos fenômenos da *individualização*, *intimização* e *imanentização* da experiência religiosa. Esta passa a depender mais das escolhas, interpretações e trajetórias pessoais do indivíduo. A religião tende a ser vivida cada vez mais no âmbito da interioridade, dos sentimentos, da consciência e da vida privada. A *intimização* se refere ao deslocamento da experiência religiosa para o âmbito da interioridade pessoal, da intimidade emocional e da vida privada. Nesse processo, a religião tende a ser valorizada na medida em que proporciona ao indivíduo paz interior, conforto emocional, esperança, cura de feridas pessoais e sentido para a própria existência. Nessa situação, a religião corre o risco de ser reduzida a uma experiência de satisfação pessoal, e as exigências éticas que ultrapassam os interesses do indivíduo podem perder relevância. A *imanentização* ocorre quando o sentido, a finalidade e a realização da experiência religiosa passam a ser buscados predominantemente no interior da existência terrena, em suas necessidades, relações, experiências e possibilidades de realização. Isso pode acontecer





quando a religião passa a ser interpretada principalmente como instrumento para melhorar a vida presente, produzir bem-estar, alcançar prosperidade, promover saúde emocional ou realizar potencialidades humanas. A espiritualidade é interpretada como técnica de equilíbrio emocional ou de aprimoramento de si, diminuindo ou mesmo desaparecendo a referência a uma realidade transcendente. A experiência religiosa passa a ser orientada predominantemente para a vida presente e para as possibilidades de realização no mundo. Esses processos afetam a comunhão na medida em que esta pressupõe uma fé transmitida, práticas coletivas, compromissos éticos, ritos, vínculos comunitários e uma referência que ultrapasse os interesses particulares. A experiência religiosa se torna tão centrada nas preferências individuais que a responsabilidade pelo outro, a participação comunitária e a abertura à transcendência deixam de ocupar um lugar significativo. Em consequência, a implementação das DGAE, corre o risco de perder fôlego diante de propostas religiosas que valorizem, algumas vezes bem mais, o indivíduo, o imediato e o tangível.

13. Essas dificuldades nos levam ao que pode ser denominado como *autoridade difusa*. Trata-se de uma situação em que a capacidade de orientar comportamentos, legitimar crenças e estabelecer critérios de verdade e de conduta deixa de estar concentrada em uma instituição, pessoa ou tradição reconhecida e passa a circular entre múltiplos agentes, fontes de informação e instâncias de validação. A autoridade não desaparece necessariamente. Ela se fragmenta, se redistribui, passando a ser reconhecida de maneira mais seletiva, variável e disputada. Desse modo, ao refletir sobre a implementação de Diretrizes emanadas da CNBB, importa ter clara a realidade de que as instituições religiosas tradicionais já não detêm o mesmo monopólio sobre a interpretação da fé, a formação moral e a definição das práticas religiosas. Suas orientações passam a conviver com as opiniões de especialistas, influenciadores digitais, grupos informais, experiências pessoais e outras tradições espirituais. Trata-se da dispersão das instâncias que orientam e legitimam a experiência de fé, tornando mais complexa a relação entre autoridade institucional, consciência individual e pertença comunitária. A orientação social e religiosa se torna mais distribuída, não significando que todas as orientações de autoridade sejam acolhidas e implementadas. O argumento de autoridade cede lugar ao argumento do convencimento, o





qual passa necessariamente pelo testemunho que interpela e fascina. A instituição, por mais histórica que seja, perde força de convencimento para influencers, coachings e semelhantes. Consequentemente, a implementação das DGAE depende muito mais de cada pessoa do que da instituição em que se encontram. Depende muito mais de cada bispo individualmente considerado do que da instituição como um todo.

14. Nesse sentido, um dos maiores desafios para a implementação das DGAE se encontra na relação que se vai estabelecer com as redes sociais. Estas não são necessariamente negativas, mas exigem discernimento pastoral, teológico e comunitário. Ampliam o número de pessoas que podem interpretar, comentar e divulgar conteúdos religiosos. Sacerdotes, bispos, religiosos, teólogos, catequistas e leigos podem alcançar públicos que ultrapassam os limites territoriais de suas comunidades. Ao mesmo tempo, pessoas sem formação teológica ou mandato eclesial podem conquistar grande influência pela linguagem, pela frequência das publicações e pela capacidade de mobilizar emoções. Isso significa que a autoridade religiosa passa a operar em um ambiente mais competitivo e diversificado. O desafio se encontra no fato de que a visibilidade digital nem sempre equivale a conhecimento teológico, legitimidade eclesial ou responsabilidade pastoral. Interessante observar que a relação entre internet e autoridade religiosa não deve ser interpretada como uma simples substituição das autoridades tradicionais. As redes também podem reafirmar referências institucionais, dependendo de como os conteúdos são produzidos e recebidos. Daí a importância de um trabalho sólido junto às redes sociais, não se deixando que a própria realidade conduza o processo.
15. A presença dos meios digitais permite ao católico acompanhar em qualquer tempo e lugar missas, homilias, explicações bíblicas, devoções e reflexões de diferentes agentes religiosos sem necessariamente participar de uma comunidade local. Essa disponibilidade oferece oportunidades de formação, mas também pode estimular uma relação seletiva com a tradição. A pessoa acompanha as vozes com as quais se identifica e evita aquelas que questionam suas convicções. A dificuldade aparece quando a seleção individual substitui completamente o discernimento comunitário e o contato





com perspectivas diferentes. Daí a necessidade de contato mais próximo com produtores de conteúdo digital.

16. As redes sociais favorecem a circulação de testemunhos pessoais, orações, mensagens de consolo, relatos de conversão e conteúdos sobre cura interior. Ao mesmo tempo, porém, que esses conteúdos podem oferecer esperança, acolhimento e oportunidades de aprofundamento espiritual, também podem favorecer uma compreensão da fé concentrada na individualização e na satisfação emocional imediata. O desafio pastoral consiste em integrar a experiência pessoal à formação doutrinal, à vida sacramental, à caridade e à participação comunitária, sem desvalorizar os afetos ou a dimensão pessoal da fé. Os ambientes digitais podem aproximar pessoas que compartilham a mesma devoção, espiritualidade ou interpretação da doutrina. Isso favorece a criação de grupos de oração, redes de solidariedade e comunidades de aprendizagem. No entanto, esses mesmos mecanismos podem reforçar hostilidades, desconfianças e divisões. Certos grupos passam a tratar outras comunidades, autoridades ou interpretações como inimigos da verdadeira fé.

Entre prosperidade e domínio

17. A presença das *teologias da prosperidade* e do *domínio* no âmbito católico está reconfigurando o jeito católico de ser porque modifica aquilo em que os fiéis acreditam, atingindo a maneira como compreendem Deus, vivem a fé, participam da Igreja, interpretam o sofrimento e se relacionam com a sociedade. Oriundas de ambientes não católicos, suas ideias também circulam em ambientes católicos, por meio de pregadores, movimentos e comunidades, redes sociais, práticas de oração e discursos sobre cura, vitória, sucesso e influência social. Em consequência, a fé perde identidade enquanto caminho de conversão para se tornar um instrumento de conquista. No que diz respeito à *prosperidade*, encontra-se a tendência a associar a fé, a oração, as ofertas e a fidelidade religiosa à obtenção de saúde, prosperidade material, sucesso e realização pessoal. No que diz respeito ao *domínio*, em suas diferentes versões, enfatiza a necessidade de os cristãos influenciarem ou ocuparem espaços de poder na cultura, na política e nas instituições, entendendo essa atuação como parte da realização de um projeto divino.





18. Quando essas perspectivas penetram no catolicismo, podem deslocar o centro da experiência cristã. Deus pode passar a ser compreendido prioritariamente como aquele que concede vitórias, resolve problemas e garante conquistas, em vez de ser encontrado também na fragilidade, na espera e na experiência da cruz. A fé adquire uma lógica utilitarista, para a qual as práticas religiosas visam a resultados concretos. A vida cristã passa ser interpretada como uma batalha permanente, na qual é necessário vencer doenças, dificuldades financeiras, adversários e forças consideradas contrárias ao projeto de Deus. Ocorre, como sabemos, uma resignificação do sofrimento, da pobreza e da cruz, na medida em que interpreta doença, desemprego e pobreza como sinais de uma fé insuficiente, de uma maldição ou de uma incapacidade individual de reivindicar as promessas divinas.
19. Dentre as consequências, podemos encontrar a mudança na compreensão da missão. Evangelizar passa então a significar não apenas anunciar o Evangelho e servir à sociedade, em especial no que diz respeito ao bem comum e à justiça socioambiental. Passa a significar a conquista da hegemonia político-cultural como um projeto consolidado, embora nem sempre verbalizado desse modo. Com isso, determinadas posições políticas passam a ser tratadas como se expressassem necessariamente a identidade católica. Com isso também as lideranças adquirem legitimidade não tanto por seu vínculo institucional, sua formação, seu serviço pastoral e sua coerência evangélica, mas principalmente pela capacidade de mobilizar seguidores e exercer influência pública.

Dificuldades ligadas ao momento eclesial brasileiro

20. Esta é a razão pela qual a implementação das DGAE precisa considerar a transformação do perfil do fiel católico, ou seja, o modo como os católicos compreendem e constroem sua identidade religiosa. Não se trata, por certo, de um único jeito, pois a realidade se mostra e se fortalece cada vez mais plural. Trata-se de reconhecer que estamos diante de um jeito predominante de viver a fé também entre os católicos, um jeito que pode ser compreendido como o resultado de algumas passagens.





21. A primeira das passagens ocorre da gratuidade à lógica da recompensa. Nela, a oração, a participação sacramental e as ofertas, em vez de expressões de comunhão com Deus e de compromisso com o próximo, passam a ser vividas como meios para alcançar benefícios. Por sua vez, a busca de santidade cede lugar à vitória e ao sucesso. A linguagem da vitória, da conquista e da superação ganha destaque na avaliação da vida espiritual, enquanto a humildade, o serviço e a fidelidade cotidiana recebem menos atenção. Em terceiro lugar, a pertença comunitária perde espaço para a centralidade da liderança. Isso acontece porque a experiência religiosa passa a se organizar em torno de pregadores carismáticos, de suas mensagens e de promessas de transformação pessoal, alterando a relação dos fiéis com a comunidade e com as instâncias tradicionais da Igreja. Um quarto aspecto diz respeito à passagem de uma identidade aberta ao diálogo, tal como, por exemplo, indicou o Vaticano II, para uma identidade predominantemente defensiva. A afirmação da identidade católica passa a assumir um caráter de combate cultural, no qual a defesa de valores religiosos prevalece sobre o encontro com quem pensa de maneira diferente, tornando-se até mesmo substitutivos de questões político-econômicas.
22. A combinação entre prosperidade e domínio, ao que tudo indica, tem produzido uma mudança mais ampla na visão católica de mundo. Tem gerado a passagem de uma espiritualidade orientada pela conversão pessoal e pela transformação das relações sociais para uma espiritualidade que enfatiza a conquista individual e a vitória coletiva de um grupo religioso. Isso ajuda a compreender como novas linguagens religiosas podem alterar a identidade católica sem necessariamente romper com suas devoções e estruturas institucionais. Esta presença das lógicas da prosperidade e do domínio no âmbito católico pode ser entendida como um processo de reconfiguração interna do catolicismo diante de um contexto mais amplo e desafiador às DGAE. A identidade católica permanece reconhecível em suas devoções, seus sacramentos e suas referências doutrinárias, mas determinados sentidos da fé são reorganizados em torno da prosperidade, da vitória, da batalha espiritual e da conquista de influência social. Permanece reconhecível em seu significante, pedindo, entretanto, que, na implementação das DGAE, haja maior atenção para o significado.





23. Esta reconfiguração no jeito de ser católico está diretamente ligada ao que se pode mencionar como *duas eclesiologias distintas*. As transformações do jeito católico de ser não se restringem à incorporação de novas práticas devocionais ou de linguagens religiosas, mas alcançam a própria compreensão da Igreja, de sua missão e de seu lugar na sociedade. De um lado, temos a eclesiologia da comunhão, do povo de Deus e do corpo de Cristo. De outro, temos uma base eclesiológica verticalizada, espiritualizante e centrada na autoridade. A eclesiologia de comunhão destaca a corresponsabilidade dos batizados e batizadas na vida e na missão da Igreja, a valorização da diversidade de carismas, ministérios e vocações, a compreensão da autoridade como serviço à comunhão e à missão, o diálogo com o mundo e participação na construção do bem comum. Destaca ainda a relação entre evangelização, justiça, solidariedade e compromisso com os pobres. Lembra que a Igreja não existe para si mesma, mas está a serviço do Reino de Deus e é chamada a testemunhar o Evangelho no interior da história.
24. Por sua vez, a eclesiologia aqui chamada de verticalizada se caracteriza por ser espiritualizante, pela concentração da autoridade, por acentuar a diferença, por uma compreensão da missão eclesial predominantemente orientada pela salvação individual, pela batalha espiritual e pela defesa da identidade religiosa. Interessante observar como, em determinados contextos, essa perspectiva pode se articular com discursos de prosperidade e de domínio, produzindo algumas ênfases específicas, tais como a centralidade de lideranças carismáticas ou de autoridades cuja orientação tende a ser pouco questionada, a valorização da obediência e da disciplina em detrimento da participação e da corresponsabilidade, a tendência a interpretar conflitos sociais e culturais prioritariamente em termos espirituais, a redução da missão evangelizadora à conquista de fiéis, à defesa de posições morais ou à obtenção de influência pública e a separação entre a experiência espiritual e as mediações históricas, sociais e políticas da fé.
25. A não consideração da diversidade eclesiológica pode se tornar um entrave à implementação das DGAE na medida em que não são reconhecidas as diferentes matrizes eclesiológicas. Corre-se então o risco de tratar como simples divergências de estilo questões que envolvem o princípio da comunhão, a participação dos leigos, a formação da consciência, a





autoridade eclesial, o compromisso social e a própria compreensão do Evangelho. Esta oposição não precisa ser compreendida como uma disputa simples entre uma eclesiologia conciliar, necessariamente participativa, e outra vertical, necessariamente espiritualizante. Melhor será falar em recepções diferenciadas e, por vezes, concorrentes do catolicismo, algumas mais explicitamente vinculadas à renovação conciliar e outras que privilegiam formas de autoridade, espiritualidade e identidade religiosa que podem restringir determinadas dimensões dessa renovação.

26. Essas tendências não constituem blocos homogêneos nem necessariamente excludentes, podendo coexistir em uma mesma comunidade ou movimento. Entretanto, sua coexistência pode produzir tensões significativas em torno da compreensão da autoridade, da participação dos fiéis, da missão e da relação da Igreja com a sociedade. Nesse contexto, a não consideração da pluralidade e dos conflitos eclesiológicos pode constituir um entrave à análise das transformações contemporâneas do catolicismo, na medida em que tende a invisibilizar disputas sobre a recepção do Vaticano II e a reduzir mudanças que afetam a própria autocompreensão da Igreja a fenômenos meramente devocionais ou comportamentais. Se não considerarmos a diversidade eclesiológica, podemos interpretar como uma simples diversificação das expressões católicas aquilo que, em certos contextos, representa uma disputa sobre o significado de ser Igreja, sobre quem pode participar de sua missão e sobre como essa missão deve se realizar na história.

Desconfianças e resistências

27. Um contexto como esse torna-se terreno fértil para posturas de *desconfiança* e consequentes *resistências*. Essa postura, no atual momento de implementação das DGAE se dirige à CNBB e ao Sínodo sobre a sinodalidade. Quanto à CNBB, sua credibilidade pode ser compreendida como uma construção institucional, eclesial e social, sustentada por sua legitimidade como instância de articulação do episcopado, por sua trajetória histórica, por sua atuação pastoral e por sua capacidade de oferecer interpretações coletivas dos desafios contemporâneos à luz do Evangelho. Sabemos, contudo, que essa credibilidade, não deve ser presumida como homogênea ou universalmente reconhecida. Isso acontece porque, no catolicismo





brasileiro contemporâneo, a legitimidade institucional da CNBB pode coexistir com diferentes graus de confiança, reconhecimento e contestação de suas orientações teológico-pastorais e de suas manifestações públicas. Para que não haja compreensões irrealistas a respeito dessa credibilidade, torna-se necessário distinguir entre a legitimidade formal da Conferência, a credibilidade moral atribuída à sua atuação e o reconhecimento efetivo de sua autoridade por diferentes segmentos do catolicismo.

28. É fato que a CNBB tem bases institucionais e históricas para reivindicar credibilidade como instância de articulação pastoral e interlocução pública. No entanto, para bem compreender a realidade na qual estão sendo implementadas as DGAE, faz-se necessário distinguir a confiança na Igreja Católica em geral daquela depositada especificamente na CNBB. É justamente nessa diferença entre ter legitimidade institucional e ser reconhecida como uma autoridade legítima por diferentes grupos de fiéis que esta reflexão sobre as chances e os desafios à implementação das DGAE pode se manifestar mais incidente. Nesse contexto, as disputas em torno da CNBB podem revelar não apenas divergências sobre pronunciamentos específicos, mas também diferentes concepções acerca da autoridade episcopal, da colegialidade, da recepção do Concílio Vaticano II e da relação entre Igreja e sociedade. Investigar sua credibilidade significa, portanto, compreender as condições pelas quais sua palavra é reconhecida como legítima, acolhida criticamente ou desautorizada no interior de um campo católico marcado pela pluralidade e por tensões eclesiológicas.
29. Também o sínodo sobre a sinodalidade tem se mostrado um campo onde coexistem acolhida e esperança, mas também desconfianças e resistências. Estas últimas constituem uma expressão significativa das tensões eclesiológicas que atravessam o catolicismo contemporâneo. Elas se manifestam tanto na suspeita de que o processo não produzirá mudanças efetivas quanto no receio de que a ampliação da participação dos batizados comprometa a autoridade hierárquica, a continuidade doutrinal ou a identidade católica. A síntese brasileira para a etapa continental do processo sinodal registrou, entre outros aspectos, dúvidas sobre a efetividade da escuta, limites na participação dos mais pobres, pouco envolvimento do clero e insuficiente compreensão da sinodalidade.





30. Essas resistências não devem ser interpretadas de maneira homogênea nem atribuídas exclusivamente a posições conservadoras. Elas podem expressar preocupações teológicas legítimas, dificuldades de compreensão, experiências anteriores de participação ineficaz ou disputas mais profundas sobre a autoridade, a corresponsabilidade e a missão da Igreja. Em determinados contextos, podem também estar associadas a concepções eclesiológicas que privilegiam a verticalização da autoridade, a preservação defensiva da identidade religiosa e a interpretação dos conflitos em termos de combate cultural. O problema não consiste simplesmente na existência de divergências, mas nas condições em que elas são acolhidas, discernidas ou transformadas em mecanismos de bloqueio da participação e da renovação das práticas eclesiais.

Despreparo, desatualização e desgaste

31. Na medida em que, diferentemente do que indica o sínodo sobre a sinodalidade, a incidência do clero é alta, permitindo que seja um elemento ao mesmo tempo facilitador e dificultador. O despreparo, a desatualização e o desgaste de parte do clero e de determinadas lideranças leigas constituem fatores que podem comprometer a recepção e a implementação das DGAE. Tais fatores não devem ser compreendidos exclusivamente como limitações individuais, pois se relacionam também às condições institucionais de formação, aos estilos de organização pastoral, à distribuição das responsabilidades e às possibilidades concretas de renovação das práticas eclesiais. No contexto da recepção do Concílio Vaticano II e da implementação da sinodalidade, essas dificuldades adquirem particular relevância, uma vez que as orientações voltadas à participação, à escuta e à corresponsabilidade exigem competências formativas, disponibilidade relacional e, em determinadas situações, a revisão de modelos consolidados de exercício da autoridade. Quando essas condições não estão presentes, existe o risco de que as novas diretrizes sejam incorporadas apenas formalmente, sem produzir mudanças significativas nas relações, nos processos decisórios e na organização da ação pastoral.
32. Por certo, a análise desse fenômeno requer distinguir as dificuldades decorrentes de formação insuficiente, as limitações produzidas pelo desgaste





e pela sobrecarga dos agentes e as resistências associadas a diferentes concepções de Igreja e de autoridade. Essa diferenciação permite compreender que a implementação das diretrizes não depende apenas da adesão individual às orientações institucionais, mas também da capacidade das estruturas eclesiais de oferecer formação continuada, apoio pastoral, condições adequadas de trabalho e mecanismos efetivos de participação e avaliação.

33. A questão central consiste, portanto, em perceber em que medida as limitações formativas, a desatualização pastoral e o desgaste de parte do clero e das lideranças leigas condicionam a recepção das diretrizes da CNBB e dificultam a passagem de uma sinodalidade formal para práticas efetivas de comunhão, participação e corresponsabilidade. A hipótese mais relevante é que o principal obstáculo pode não estar apenas na falta de adesão às novas diretrizes, mas na distância entre o modelo de Igreja que elas procuram promover e as condições formativas, relacionais e institucionais em que sua implementação ocorre. Isso desloca a explicação centrada em supostas falhas pessoais para uma investigação mais ampla sobre a capacidade de renovação da própria estrutura pastoral. Afinal, não basta que a Igreja formule novas orientações. É necessário que seus agentes e suas instituições disponham das condições para compreendê-las, traduzi-las em práticas e avaliar criticamente seus resultados.

Entre o planejamento, o espontaneísmo e a escuta do Espírito

34. A implementação das DGAE com a construção de planos diocesanos de pastoral pode encontrar obstáculo na rejeição a qualquer tipo de planejamento. Este jeito de pensar e agir sustenta que a Igreja, por sua identidade e missão, não pode ser compreendida segundo os mesmos parâmetros das instituições humanas. Sendo continuamente vivificada pelo Espírito Santo e fundada na fé em sua ação livre e imprevisível, a Igreja não poderia submeter sua missão a procedimentos de planejamento que corressem o risco de limitar a iniciativa divina. Nessa perspectiva, programar antecipadamente a ação eclesial pode significar uma tentativa de controlar o futuro e restringir a liberdade do Espírito. Trata-se, portanto, da compreensão de que a ação pastoral deve acontecer conforme as necessidades imediatas





e as circunstâncias que surgem, sem depender de planejamento prévio, definição de prioridades ou organização sistemática. É o que se pode denominar como *espontaneísmo pastoral*, presente quando as propostas pastorais decorrem de respostas a demandas imediatas, sem uma visão de conjunto. Esse modo de agir depende excessivamente das iniciativas individuais de seus agentes, sem construir processos comunitários de discernimento e continuidade. Quando isso acontece, multiplicam-se iniciativas sem estabelecer prioridades ou avaliar sua efetiva correlação com a realidade. A descrença no planejamento pastoral pode ainda ser alvo da crítica e da rejeição ao que se costuma chamar de *burocracia pastoral*, compreendida como o engessamento do agir eclesial em propostas e, segundo os que assim pensam, incapazes de chegar ao povo simples, servindo apenas para complicar a atuação dos agentes evangelizadores.

35. Por certo, o desafio do espontaneísmo pastoral não é próprio de nosso tempo. Nosso tempo, contudo, tem ampliado o desafio do espontaneísmo, com uma característica específica. Trata-se da vinculação entre o não planejamento, ou seja, entre o olhar metodológico e reflexivo sobre a realidade, por um lado, e os resultados numéricos das redes sociais e/ou dos eventos de massa. Se uma proposta faz sucesso com as massas, se os números obtidos são altos, corre-se o risco de se priorizar, algumas vezes até mesmo exclusivamente, uma pastoral espontaneísta em detrimento de qualquer tipo de planejamento pastoral.
36. Em termos teológico-pastorais, o espontaneísmo pode estar associado à convicção de que a ação do Espírito Santo é livre e imprevisível e, por isso, não deveria ser condicionada por planos, programas ou estratégias previamente estabelecidos. Entretanto, a imprevisibilidade da ação divina não elimina a responsabilidade da Igreja de discernir a realidade, avaliar suas práticas e organizar sua ação evangelizadora. O problema surge quando a improvisação deixa de ser uma resposta circunstancial e se transforma em princípio orientador da ação pastoral. Não se nega que essa objeção contém uma advertência teológica pertinente, pois a ação pastoral não pode ser reduzida à aplicação de técnicas de gestão, nem a ação salvífica de Deus pode ser submetida a programas humanos. O Espírito Santo sopra onde quer, distribui seus dons livremente e atua de maneira que ultrapassa as previsões e





os projetos humanos. Do mesmo modo, a experiência pessoal e comunitária da salvação não pode ser produzida ou garantida por um planejamento, pois depende da graça divina e de sua acolhida livre pelas pessoas. Contudo, reconhecer esses limites não significa conceber a ação pastoral como espontânea ou improvisada. A liberdade de Deus não exclui a responsabilidade humana. Antes, interpela a Igreja a exercer sua missão mediante o discernimento, a escuta e a ação responsável. O planejamento pastoral não pretende antecipar ou controlar a ação divina. Seu propósito é organizar as condições humanas e comunitárias para o exercício da missão, com consciência dos limites de todo planejamento e disponibilidade para rever decisões diante de novos contextos. Embora a missão da Igreja não possa ser reduzida a procedimentos técnicos ou a estratégias previamente estabelecidas, ela exige discernimento, responsabilidade e conhecimento da realidade. O planejamento pastoral não pretende controlar a ação divina, mas favorecer a organização da resposta eclesial aos desafios históricos, mantendo-se aberto à revisão de seus objetivos e métodos à luz da experiência comunitária e do discernimento espiritual. Por isso, o reconhecimento da liberdade e da imprevisibilidade da ação do Espírito Santo não deve conduzir ao espontaneísmo pastoral, entendido como a ausência de planejamento, de definição de prioridades e de organização sistemática da ação evangelizadora.

A implementação da sinodalidade

37. Diante de tal quadro, em que as diferenças se tornam agudas e em alguns casos impedem a convivência, emerge o convite à sinodalidade. Ela mais do que a adesão formal a novas orientações. Implica uma transformação progressiva das mentalidades, das relações e das estruturas eclesiais. Como evidencia o Documento Final da XVI Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos, a sinodalidade não constitui apenas um procedimento de organização, mas uma dimensão constitutiva da Igreja, que deve se expressar concretamente em suas práticas e instituições. Por isso, a implementação das DGAE depende também da capacidade de promover processos de conversão eclesial que favoreçam a comunhão, a participação e a corresponsabilidade missionária. Sem essa disposição para rever práticas





consolidadas, existe o risco de que as novas orientações sejam incorporadas ao discurso institucional sem produzir mudanças significativas na vida das comunidades.

Discernimento e construção de consensos

38. Em consequências, faz-se necessário desenvolver práticas efetivas de escuta, discernimento comunitário e construção de consensos. A experiência do Sínodo sobre a Sinodalidade evidenciou que caminhar juntos exige competências que não podem ser pressupostas, precisando ser aprendidas e continuamente exercitadas. Trata-se de escutar o outro com abertura, acolher perspectivas diferentes, reconhecer os próprios limites e discernir comunitariamente os caminhos mais adequados à missão da Igreja. Não basta, portanto, criar espaços de participação. É necessário desenvolver uma cultura eclesial capaz de transformar a diversidade de contribuições em processos compartilhados de discernimento e decisão. E mentalidades se transformam principalmente por práticas, por experiências fortes o suficiente para as interpelar.
39. Nesse sentido, a *conversa ou conversação no Espírito*, experimentada ao longo do processo sinodal, oferece uma contribuição metodológica significativa. Ao articular escuta atenta, oração, silêncio, partilha e discernimento, esse método constitui uma espécie de laboratório para o aprendizado de uma participação efetivamente sinodal. Sua prática permite experimentar formas de diálogo nas quais não se busca simplesmente defender posições individuais ou alcançar decisões por maioria, mas reconhecer aquilo que emerge da escuta recíproca e da abertura à ação do Espírito Santo. A construção de consensos, nessa perspectiva, não significa eliminar divergências ou produzir unanimidades artificiais, mas buscar convergências capazes de sustentar decisões e compromissos comuns.
40. A incorporação dessas práticas à implementação das DGAE pode favorecer processos pastorais mais participativos e corresponsáveis, contribuindo o amadurecimento da sinodalidade na Igreja. Trata-se de um processo formativo contínuo, que demanda tempo, disposição para rever hábitos e criação de espaços adequados de participação. Sem o desenvolvimento





dessas habilidades, a aplicação das Diretrizes corre o risco de reproduzir modelos verticais de planejamento e decisão, mesmo quando suas propostas apontam para uma Igreja que discerne e caminha conjuntamente. Assim, a implementação das DGAE pode constituir uma oportunidade privilegiada para exercitar a conversação no Espírito e consolidar, progressivamente, uma cultura de escuta, discernimento e corresponsabilidade missionária.

Polarização na sociedade e na Igreja

41. Na medida em que a Igreja cumpre sua missão inserida nas culturas, ela não pode se considerar isenta dos reflexos destas mesmas culturas, pois não existe impermeabilidade sociocultural ou blindagem entre a ação evangelizadora e as dinâmicas socioculturais. Chamada a ser fermento nas culturas, a Igreja experimenta também o movimento inverso, ou seja, ela também é influenciada pelos modos de pensar, sentir e agir das culturas onde está inserida. Esta é a razão pela qual a acentuada polarização que marca a realidade brasileira de nossos dias atinge também os membros da Igreja. Em um contexto já tão referido em anteriores análises de conjuntura eclesial a respeito da crise de referências e segurança, emergem compreensões fundamentalistas também no âmbito religioso, com um consequente embate cultural também interno.
42. Também aqui não se nega a existência e mesmo a importância de compreensões diferentes da realidade. Preocupa a dificuldade, tão própria de nosso tempo, em conviver com a diferença, fazendo emergir fechamentos fanáticos e fundamentalistas, incapazes, portanto, de dialogar, de construir comunhão. Esta preocupação é grande porque atinge a missão da Igreja enquanto colaboradora da construção das realidades temporais, conforme, por exemplo, compreende a *Gaudium et spes*. A Igreja não vive para si, apenas para sua edificação. Ela existe como serviço à humanidade, anunciando o Reino de Deus, trabalhando por sua presença em meio a pessoas, grupos e povos e ajudando as sociedades a encontrarem no convívio entre as diferenças o caminho para a paz. Esta foi, por exemplo, a preocupação do Papa Francisco com a encíclica *Fratelli tutti*, exatamente sobre a fraternidade e a amizade social em uma realidade que hoje, seis anos depois da sua promulgação, acostumamo-nos a denominar como polarizada





4. Vocacionada à comunhão, a Igreja é chamada a colaborar para que o princípio da unidade na diversidade seja concretizado nas sociedades, respeitando-se, por certo, as diferenças, ajudando-as, porém, a valorizar, buscar e construir a unidade. Esta contribuição a Igreja a dá por sua palavra, mas acima de tudo pelo testemunho. E aqui chegamos a uma dificuldade delicada na implementação das DGAE e na contribuição da Igreja para a paz social no Brasil de nossos dias.

CNBB, testemunho, história e responsabilidade

43. Essa dificuldade decorre da capacidade de a Igreja no Brasil, especificamente a CNBB, testemunhar que, possuindo uma diversidade tão grande, como o tamanho do país, mesmo assim, consegue manter a unidade e, mais ainda, testemunhar a unidade. Esse desafio é importante porque as atuais DGAE chegam em um momento, como já lembrado antes, de alta polarização, divisão e embate, com riscos à paz social, ao convívio das diferenças, à responsabilidade pelo bem comum e à democracia. Em um tempo em que até mesmo grandes e importantes instituições experimentam crises profundas a ponto de levantar o questionamento por sua capacidade de contribuir para a paz e o bem comum do país, a exacerbação das diferentes visões dentro da Igreja corre o risco de não concretizar o serviço ao qual a Igreja, na sua missão, é vocacionada.
44. A experiência histórica brasileira mostra que em momentos difíceis da vida de nosso país, instituições sociais podem contribuir para abrir espaços de diálogo, preservar direitos e participação quando canais políticos tradicionais estão enfraquecidos. Isso não significa substituir as instituições constitucionais, mas criar mecanismos de serviço democrático e responsabilização pública. Esta tem sido a contribuição da CNBB para o Brasil, realizada continuamente com o chamado à justiça social, aos direitos humanos, à atenção em relação aos vulneráveis e mais recentemente ao cuidado com a casa comum. Esta tem sido igualmente a contribuição da CNBB em momentos nos quais a

⁴ Interessante observa a preocupação do Papa Francisco quanto à “ausência de um projeto para todos” (FT 15-17, 245)





democracia, a justiça social e os direitos humanos têm sido afetados ⁵. Ocorre que momentos agudos exigem posturas, se assim se pode dizer, também agudas. A crítica, portanto, a contextos polarizados não pode ser feita por uma instituição internamente dividida. O desafio será sempre o de distinguir entre diversidade de opiniões e divisão.

45. Por causa do Evangelho e da liberdade de compreensões e manifestações, considerando ainda que ninguém possui o monopólio do Espírito, devem existir em qualquer instituição, inclusive em uma conferência episcopal, diferentes visões, distintas compreensões da realidade. O desafio será sempre o de mensurar até que ponto as diferentes compreensões e manifestações acabam por ferir a unidade, descumprindo, portanto, o serviço de contribuir para a paz social. Por certo, este desafio, ao mesmo tempo em que é constante, experimenta momentos agudos, como, ao que tudo indica, é este em que as DGAE chegam às Igrejas locais.
46. A experiência da CNBB durante a ditadura militar ajuda a compreender o valor das instituições da sociedade civil em momentos de fragilidade democrática. Quando determinados canais políticos estavam limitados, setores da Igreja contribuíram para denunciar violações de direitos, apoiar pessoas perseguidas e articular demandas sociais. Não se trata de dizer que uma instituição específica, no caso a CNBB, deva assumir o comando da defesa democrática. É que organizações com autonomia, legitimidade social e capacidade de mobilização podem criar espaços de resistência e participação, sobretudo quando atuam em rede. Por que não pensar que, no contexto atual, essa função pode ser desempenhada por uma rede plural que reúna instituições religiosas, universidades, imprensa, organizações de direitos humanos, sindicatos, movimentos sociais e associações comunitárias? Recordemos, por exemplo, o que foi o trabalho da CNBB na construção, junto com outras instituições da sociedade civil, da Lei da Ficha Limpa

Conflito de direitos em período conturbado

⁵ Cf. Instituto Nacional de Pastoral (Org.), Presença Pública da Igreja no Brasil. Publicação no Jubileu de Ouro da CNBB, São Paulo: Paulinas, 2003





47. Por tudo isso, é de se verificar qual o impacto do exercício individual do direito de expressão. Em uma sociedade democrática, pela qual a Igreja no Brasil sempre trabalhou, um dos direitos básicos é o da liberdade de expressão. Se a Igreja trabalha pela garantia desse direito para a sociedade em geral, ela precisa testemunhalmente garantir esse direito também internamente. O desafio será sempre o de mensurar até que ponto o direito à manifestação individual é capaz de, mesmo sem essa intenção, anular manifestações institucionais. Em momentos nos quais a polarização é menor, compreende-se a possibilidade de que o espaço para manifestações individuais se amplie. Ao contrário, em momentos em que a polarização seja maior, o espaço para manifestações individuais se restringe. Estamos diante de uma relação inversamente proporcional.

A CNBB me representa?

48. Não se pode negar que, sendo oriundas da CNBB, as DGAE enfrentem alguma dificuldade para a aceitação, independentemente do que esteja em seu conteúdo. Momentos de exacerbação de sentimentos, fazem com que se rejeite o livro pela capa, pela autoria, sem que sequer se tome contato com seu conteúdo. Este é um risco externo à Igreja, mas também interno, na medida em que apegos a práticas pastorais e cosmovisões acabem se tornando geradores de uma rejeição prévia exatamente por ser um texto da CNBB, que, no momento, enfrenta alguma dose de bombardeio nas redes sociais, como, por exemplo, instrumentalização a partir dos processos eleitorais em curso no país.
49. Este, sem dúvida, é um jeito secularista de compreender uma conferência episcopal, algumas vezes equiparada explícita ou implicitamente a um organismo sindical ou similar. Isso acontece porque algumas características são comuns a uma conferência episcopal e a outras associações. A CNBB expressa posições comuns dos bispos brasileiros sobre questões religiosas, sociais, políticas e éticas, formula orientações e busca construir consensos entre seus membros, manifesta-se sobre políticas governamentais, direitos humanos, desigualdades sociais e questões relacionadas à democracia, participa em determinadas circunstâncias de campanhas e articulações com movimentos sociais e outras organizações da sociedade civil, bem como





apresenta posicionamentos e reivindicações a autoridades e instituições políticas.

50. No máximo, essa comparação deve ser entendida analogicamente, não, porém, como uma definição institucional. Ela pode ajudar a analisar sua capacidade de articulação e influência social, mas torna-se inadequada quando, por um lado, ignora sua natureza eclesial ou, por outro, presume que toda intervenção política seja incompatível com a missão evangelizadora. No primeiro caso, compreende-se a CNBB como defensora de si mesma, de seus interesses fisiologistas, relacionados à obtenção, à manutenção ou à ampliação de vantagens, cargos, recursos e privilégios por meio das relações com o poder político, frequentemente em detrimento do interesse público ou dos princípios que deveriam orientar uma instituição. No segundo caso, compreende-se o Evangelho de modo dualista, como se a salvação se voltasse apenas para o além da história, para a eternidade, sem qualquer compromisso já agora, no cotidiano. Essas duas situações extremas representam dificuldades para a implementação das DGAE.
51. Por certo, nem toda divergência representa necessariamente uma recusa ilegítima. Cada diocese possui características históricas, culturais, sociais e pastorais próprias. Por isso, a implementação exige interpretação, discernimento e adaptação às circunstâncias locais. O próprio direito canônico define a conferência episcopal como uma instituição permanente por meio da qual os bispos exercem conjuntamente determinadas funções pastorais, buscando promover o bem da Igreja mediante formas de apostolado adequadas às circunstâncias de tempo e lugar (cân. 447). A questão se torne problemática quando a autonomia individual ou local é utilizada como justificativa para ignorar sistematicamente qualquer referência comum ou para evitar o diálogo com o discernimento realizado pelo episcopado em âmbito nacional. O risco mais significativo não é simplesmente a existência de críticas à CNBB, mas a transformação dessas críticas em uma recusa sistemática de reconhecer qualquer valor ao discernimento pastoral realizado em âmbito nacional. Quando isso acontece, a desvalorização institucional pode converter-se em resistência à renovação, fragmentação pastoral e enfraquecimento da corresponsabilidade eclesial.





52. Desse modo, a deslegitimação da CNBB pode constituir um obstáculo à recepção e à implementação das DGAE. Essa atitude tende a obscurecer a natureza eclesial da Conferência e sua função de promover a articulação pastoral e o discernimento coletivo do episcopado brasileiro. Como consequência, as orientações aprovadas em assembleia podem ser desconsideradas não em razão de uma avaliação crítica de seu conteúdo, mas pela desqualificação da instância que as propõe, em uma postura que tende a deslocar o debate. Em vez de perguntar se determinada orientação contribui para a missão evangelizadora, a comunidade passa a perguntar se ela corresponde às preferências de seus dirigentes ou grupos de referência. Com isso, o discernimento pastoral corre o risco de ser substituído por disputas de influência e por julgamentos prévios sobre a legitimidade de quem propõe a orientação. Consequentemente, favorece a fragmentação da ação evangelizadora, o fortalecimento de resistências à renovação pastoral e o enfraquecimento dos processos de comunhão, participação e corresponsabilidade missionária. Quando as referências comuns são rejeitadas de maneira sistemática, a autonomia das Igrejas locais corre o risco de ser interpretada como independência em relação a qualquer processo mais amplo de discernimento eclesial. Portanto, a questão não consiste em contrapor a autoridade da CNBB à autonomia das Igrejas locais, mas em compreender como essas duas dimensões podem se articular. A comunhão não elimina a diversidade, assim como a autonomia não implica isolamento. A questão decisiva, portanto, é saber se a crítica à CNBB contribui para um discernimento mais consistente das Diretrizes ou se serve para evitar esse próprio discernimento.
53. Isso não significa que as Diretrizes devam ser aplicadas de modo indiferenciado, desconsiderando a diversidade das realidades locais, nem que a CNBB esteja isenta de críticas. A questão fundamental consiste em distinguir a avaliação legítima de suas orientações da desqualificação prévia de sua função institucional. Mesmo com uma aprovação praticamente unânime, é possível discutir criticamente as Diretrizes, questionar determinadas propostas e discernir sua aplicação concreta. A recepção das DGAE exige que cada Igreja local examine seu conteúdo, discirna suas implicações e traduza suas orientações em práticas pastorais contextualizadas. Nesse sentido, acolher as Diretrizes não significa abdicar da autonomia pastoral, mas





exercê-la em perspectiva de comunhão, reconhecendo a necessidade de articular as particularidades locais com os caminhos de discernimento assumidos pela Igreja no Brasil. O problema surge quando a crítica se transforma em desqualificação prévia da instância que as elaborou ou em recusa sistemática de qualquer orientação comum.

Obrigação de seguir a CNBB?

54. A autoridade das orientações pastorais da CNBB deve ser compreendida à luz da relação entre a ação do Espírito Santo, o discernimento eclesial e a responsabilidade própria dos bispos. Embora não seja possível atribuir automaticamente a cada decisão da Conferência o estatuto de expressão inequívoca da vontade divina, tampouco é adequado reduzir suas orientações a proposições meramente facultativas, desprovidas de relevância para a comunhão eclesial. As DGAE constituem expressão de um processo coletivo de discernimento pastoral do episcopado brasileiro e, como tais, oferecem referências comuns para a organização da missão evangelizadora.
55. Essa compreensão não implica conferir a todas as disposições das Diretrizes força de magistério doutrinal ou de norma juridicamente vinculante, pois tais qualificações dependem da natureza do ato e das condições estabelecidas pelo ordenamento canônico. Implica, contudo, reconhecer a importância eclesial de sua recepção, estudo e concretização nas Igrejas locais. A autonomia pastoral dos bispos diocesanos não deve ser interpretada como independência em relação à comunhão episcopal, assim como a acolhida das orientações nacionais não exige sua aplicação indiferenciada. Trata-se de articular comunhão, discernimento contextual e corresponsabilidade missionária, reconhecendo que a ação do Espírito Santo não dispensa a mediação das decisões humanas, mas as convoca a um exercício responsável de escuta, avaliação e conversão pastoral. A força vinculante das DGAE decorre de sua natureza eclesial, de sua finalidade pastoral e da autoridade com que foram aprovadas, devendo sua recepção respeitar tanto a comunhão da Igreja quanto as distinções teológicas e canônicas entre orientação pastoral, magistério e norma jurídica.





Absolutização do particular

56. Embora a Igreja não se identifique exclusivamente com uma determinada forma de compreender e realizar a evangelização, existe o risco de um grupo considerar seu jeito de ser, seus objetivos e sua metodologia como as mais importantes, ainda que nem sempre se expresse desse modo. A implementação das DGAE encontrará um obstáculo sempre que uma experiência pastoral seja apresentada como modelo universal de evangelização. O problema fundamental, portanto, não reside no reconhecimento de que determinada experiência seja fecunda ou de que suas prioridades respondam a necessidades concretas da evangelização. A dificuldade surge quando esse reconhecimento atribui a si a pretensão de universalidade. Quando isso ocorre, estamos diante de uma forma de autorreferencialidade eclesial. O grupo passa a interpretar a realidade a partir de suas próprias categorias, a avaliar a ação pastoral segundo suas prioridades e a reconhecer como relevantes sobretudo as iniciativas que confirmam sua maneira de compreender e viver o Evangelho. Aquilo que não corresponde a seus métodos, interesses ou ênfases tende a ser considerado secundário, insuficiente ou pouco fiel à missão da Igreja. A pluralidade deixa, então, de ser percebida como uma riqueza a ser discernida e integrada e passa a ser interpretada como obstáculo à expansão ou à afirmação da própria experiência. O resultado é uma redução da complexidade eclesial a uma experiência particular, que, por mais legítima e fecunda que seja, não possui condições de esgotar a amplitude da missão da Igreja.
57. As DGAE são uma referência comum para o discernimento pastoral das Igrejas locais. Sua recepção não implica eliminar a diversidade de experiências nem uniformizar as práticas evangelizadoras. Significa buscar critérios compartilhados que permitam orientar a pluralidade de iniciativas em direção à missão comum, evitando tanto a fragmentação pastoral quanto a imposição de um único modelo de ação. Por isso, o desafio consiste na vigilância para que se evite passar de uma lógica de contribuição eclesial para uma lógica de afirmação exclusiva, com a absolutização do próprio carisma. Por isso os planejamentos pastorais, com as assembleias previstas,





não são uma espécie de tatame, onde ocorrem as competições. São chamados a serem ágoras, onde ocorrem os encontros.

De novo o Censo 2022?

58. Outro desafio que emerge dos dados censitários de 2022. Como sabido e já mencionado em análise anterior ⁶, o Brasil vem experimentando uma transformação em seu perfil religioso. De um país monorreligioso, pelo menos na predominância, o Brasil vem se transformando em um país pluri ou multirreligioso, no qual diferentes possibilidades se apresentam com o mesmo peso, com porosidade entre elas, mobilidade contínua e possibilidade de construções religiosas transconfessionais. Embora não tenha ocorrido a propagada redução drástica no número de católicos, com a ultrapassagem da linha dos 50%, a tendência à diminuição permanece. Por sua vez, esta permanência suscita a preocupação por práticas de recuperação numérica. Tais práticas oscilam entre um perfil notadamente missionário e a facilitação de acesso e vivência da fé. De um lado, surgem propostas de perfil missionário, com projetos, programas, estudos e similares. De outro, surgem propostas compreendidas como simplificação e descomplicação da vivência da fé, para as quais o caminho predominante tem sido o da piedade popular, em geral vivenciada em lógica protetora e bélico-defensiva ⁷. Se, porém, é legítima a preocupação com a redução numérica, nem por isso se pode ingressar de tal maneira nas dinâmicas da mentalidade atual predominante que já não se percebe mais a peculiaridade da boa nova cristã. Até que ponto, por exemplo, a compreensão do outro, do diferente como adversário, inimigo a ser vencido fere a identidade cristã da fraternidade que indica abençoar os inimigos e rezar por eles? Até que ponto a predominância de uma espiritualidade de combate pode afetar a compreensão global da vida e os valores cristãos da fraternidade acabam sendo substituídos por lógicas de exclusão?

⁶ INAPAZ, Entre números e interpretações. Uma primeira reflexão sobre os dados religiosos do Censo 2022. Análise de Conjuntura Eclesial apresentada ao Conselho Permanente em julho de 2025.

⁷ INAPAZ, Eu vim trazer a espada. Meditações sobre expressões religiosas contemporâneas. Análise de Conjuntura Eclesial apresentada ao CONSEP em setembro de 2025





Ainda entre o rural e o urbano

59. Deve-se igualmente prestar atenção ao contexto cada vez mais urbano no Brasil. Como sabemos, estamos diante não de uma realidade geográfica, na qual urbano e rural se delimitam nitidamente, com cosmovisões distintas. Trata-se, reiterando, de uma compreensão da vida que, oriunda das metrópoles e megalópoles, atinge, com o uso dos meios contemporâneos de comunicação, os diversos recantos, inclusive aqueles que, em outro momento, não estariam afetados pelas lógicas da urbanização. Esta é a advertência indicada no nº 34 das DGAE, que alerta a respeito de “um certo culto ao indivíduo e para uma valorização exacerbada da individualidade...”
60. De fato, o longo período de configuração em cristandade, com o respectivo tipo de ação pastoral apresenta o risco de nos mantermos no âmbito cultural analógico, quando a realidade cultural vem se transformando rapidamente em virtual. Embora essa transição tenha reconfigurado profundamente a forma como a humanidade se comunica, trabalha, consome e vivencia a fé e a vida comunitária, permanece a impressão de que muito da ação evangelizadora ainda permanece dialogando com um contexto analógico, em um descompasso cada vez mais percebido, porém nem sempre enfrentado. A cultura analógica se fundamenta na matéria e no espaço físico, na linearidade do tempo, na proximidade geográfico-territorial, com percepção de que as coisas sejam feitas para durar, perpetuar. É uma mentalidade linear e de ritmo lento. A produção de conteúdos e significados é centralizada nas grandes instâncias sociais. O público atua predominantemente como receptor passivo. Por sua vez, a cultura digital, ao contrário, desterritorializa a vida. O espaço físico deixa de ser uma barreira. As comunidades e afinidades se formam no ciberespaço, conectando instantaneamente pessoas de diferentes partes do mundo. A presença física é substituída presença virtual, mediada pelas telas. Os suportes físicos dão lugar aos dados em nuvem, algoritmos, pixels e formatos fluidos streaming, e-books e mensagens temporárias. A informação é abundante, mutável e, muitas vezes, descartável ou efêmera. O tempo é marcado pela imediatez, pelo tempo real e pela pressa. A comunicação é síncrona e a busca por respostas é instantânea, gerando uma cultura de constante estímulo e





fragmentação da atenção. O receptor deixa de ser passivo e passa a ser também criador de conteúdo.

Uma rede de diferenças

61. Outro risco se encontra na leitura excludente dos cinco caminhos da missão e das três conversões sinodais, como se fosse uma bandeja sobre a qual estariam produtos a serem selecionados conforme as convicções pessoais. Ao contrário, o espírito com o qual as atuais DGAE foram construídas e, portanto, devem ser lidas é o das *redes*, no qual uma indicação implica as demais. Isso não quer dizer que, no planejamento pastoral, as Igrejas locais não estabeleçam etapas de implementação, atribuindo, por exemplo, primazia cronológica a um aspecto que considere mais urgente. Tal escolha, entretanto, não pode ser feita em detrimento das demais indicações.
62. Se, por exemplo, uma Igreja local opta por investir seus esforços na iniciação à vida cristã, haverá de reconhecer que, sem uma efetiva presença da Bíblia por todo o caminho, sem a experiência de comunidade de discípulos missionários, com relacionamentos primários fecundos, sem o contato com o querigma subjacente a expressões de religiosidade popular, sem a celebração litúrgica do mistério descoberto e se um serviço, ainda que pequeno, à vida, não se entendeu o espírito das DGAE. Sem a experiência, ainda que pequena, de participação na vida da comunidade, com a partilha das responsabilidades e o convívio dialogal com outras instâncias que não o próprio grupo, não se entendeu a dimensão sinodal presente nas atuais DGAE.

Entre anacronismos e imobilismos

63. Outro desafio à implementação das DGAE diz respeito à conhecida afirmação de que um tipo de pastoral, embora historicamente situado, é visto como eterno. Posturas apoiadas na famosa afirmação de que *tudo sempre foi assim* correm o risco de anacronismo pastoral, com consequências opostas ao que se pode estar desejando. Este apego acrítico a práticas e concepções historicamente constituídas pode produzir um imobilismo que desconsidera as mudanças socioculturais e rejeita possibilidades de renovação precisamente por sua novidade, comprometendo a capacidade de a ação pastoral





responder aos desafios do presente. Em lugar de chegar a outras pessoas e grupos, torna-se grande o risco do afastamento exatamente por causa da incapacidade de dialogar com a mentalidade corrente. Embora há praticamente 20 anos, Aparecida tenha alertado para a coragem de abandonar estruturas ultrapassadas (Dap 365), o risco permanece.

Dificuldades sinodais

64. Também a caminhada sinodal pode apresentar dificuldades para a implementação das DGAE. Se, por um lado, o acolhimento das conclusões sinodais sobre a sinodalidade é chance para o amadurecimento na experiência eclesial, por outro, alguns desafios precisam ser superados. De início, importa pacientemente ajudar a descobrir o sentido deste termo tão simples, mas ao mesmo tempo tão desafiador, exatamente por ser novo: *sinodalidade*. Em seguida, importa perceber que a implementação das indicações do Documento Final, embora não abordem todas as questões desejadas, são indicadoras do momento em que estamos. Outro possível obstáculo à implementação das DGAE pode ser encontrado no calendário de atividades sinodais e na compreensão do que é necessário fazer. O calendário, embora esteja organizado até a Assembleia Eclesial de 2028, pede assembleias locais e uma assembleia nacional. Entre aquelas e esta, os dezenove regionais de nossa Conferência Episcopal são igualmente chamados a realizar suas assembleias. Para as assembleias locais, a primeira dificuldade consiste na compreensão do que se deve fazer, se concretizar as indicações das DGAE em planos pastorais ou se refletir sobre a implantação do sínodo, se, ao final, as assembleias locais devem apresentar um plano de pastoral ou escreverem a solicitada Carta às Igrejas. Foi para ajudar na compreensão destas questões que a Equipe Nacional de Animação do Sínodo enviou em 5 de outubro passado, uma carta às dioceses.
65. Como se pode perceber, as dificuldades encontradas têm como base comum a conexão entre a implementação das DGAE e a das conclusões sinodais. Ao que tudo indica, ainda permanecem dúvidas sobre o que significa que as DGAE sejam o caminho privilegiado que a Igreja no Brasil escolheu para implementar as conclusões do sínodo. As DGAE apontam caminhos, mas estes permanecerão estéreis sem as três conversões sinodais. E





vice-versa, as conversões implicam a (gradativa) passagem de um modelo de Igreja para outro. Perigo de desarticular os caminhos e as conversões entre si, perdendo a visão orgânica que existem entre essas indicações.

66. De fato, a sinodalidade, nesse contexto, exige mais do que a adesão formal a novas orientações. Implica uma transformação progressiva das mentalidades, das relações e das estruturas eclesiais. Como evidencia o Documento Final da XVI Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos, a sinodalidade não constitui apenas um procedimento de organização, mas uma dimensão constitutiva da Igreja, que deve se expressar concretamente em suas práticas e instituições. Por isso, a implementação das DGAE depende também da capacidade de promover processos de conversão eclesial que favoreçam a comunhão, a participação e a corresponsabilidade missionária. Sem essa disposição para rever práticas consolidadas, existe o risco de que as novas orientações sejam incorporadas ao discurso institucional sem produzir mudanças significativas na vida das comunidades.
67. O processo do Sínodo sobre a Sinodalidade demonstra que não basta criar espaços participativos; é preciso cultivar uma nova cultura eclesial, tendo a conversação no Espírito como um método fundamental que articula oração, silêncio e escuta recíproca para buscar convergências reais em vez de maiorias superficiais. Assim, a incorporação dessas práticas e o investimento em um processo formativo contínuo tornam-se condições indispensáveis para transformar a diversidade de contribuições em processos verdadeiramente compartilhados, consolidando a corresponsabilidade missionária na Igreja.

Clericalismos

68. Ao redor e subjacente às dificuldades para a implantação do caminho sinodal e intimamente ligada à implementação das DGAE, encontra-se uma conhecida dificuldade, necessitada, porém, de maior atenção. Em torno à palavra *clericalismo*, encontram-se aspectos que, se não forem atentamente identificados e superados, a implementação das DGAE e das conclusões sinodais pode se dar a meio termo. Estamos, pois, no coração da acolhida às conclusões sinodais, para as quais discernimento, consenso, partilha, escuta e diálogo são indispensáveis. Embora o termo remeta de imediato ao clero, o





caminho sinodal percorrido até aqui tem indicado que aquilo para o que o sínodo alerta pode ocorrer com o clero – e de fato ocorre – mas também com o laicato, como também de fato pode acontecer, embora nem sempre tão percebido. Esta abrangência mais ampla do conceito de clericalismo coloca a questão onde efetivamente ela deve estar, ou seja, no exercício do poder nas comunidades eclesiais e, com base nesse exercício, na forma como as decisões são tomadas. Nesse sentido, as conclusões sinodais apontam para algumas superações e alguns aprendizados, que, se não forem observados, gerarão outros impasses à implementação sinodal das DGAE. As superações implicam ultrapassar o sistema de decisões exclusivamente monocráticas, isto é, da parte do padre, tornando o laicato passivo e apenas executor. Implicam também a superação da compreensão de que, ao estilo de um parlamento, a soma dos votos seja determinante, caso em que o laicato, por ser conselho ou assembleia, sempre será mais numeroso que o clero. Implica em terceiro lugar ultrapassar o sistema de voto com aprovação por maioria e outros aspectos regimentais, inclusive com questões de ordem e afins, pois aponta para o discernimento feito a partir de consensos. Atingi-los pode tornar o processo mais lento, no entanto, com certeza mais sólido.

As conversões sinodais

69. Consequentemente, do ponto de vista da **Conversão das Relações**, o desafio central consiste na superação do mencionado clericalismo, que impende a escuta e o discernimento comunitário. Faz-se urgente consolidar uma cultura de transparência e de cuidado absoluto na proteção de menores e vulneráveis, além de enfrentar o desafio ético da cultura digital, onde algoritmos frequentemente fomentam o ódio em vez da fraternidade/sororidade. A consolidação de uma cultura de transparência e de participação enfrenta sérios desafios esbarrando na mentalidade que concentra o poder de decisão, a gestão financeira e a interpretação doutrinária exclusivamente no clero, gerando uma barreira invisível para qualquer tentativa de cogestão paroquial ou prestação de contas. Um empecilho poderá ser também a falta de mecanismos de prestação de contas, sem auditorias claras, relatórios financeiros abertos aos fiéis e transparência na gestão de patrimônios. A cultura do silêncio ou do segredo





institucional, historicamente utilizada para blindar a instituição de escândalos, também dificulta a implementação de canais transparentes de denúncia e proteção.

70. Do ponto de vista da **Conversão dos Processos (Participação)**, o caminho sinodal convida à renovação dos Conselhos Pastorais e Econômicos, substituindo a lógica puramente técnico-administrativa pelo discernimento pastoral-espiritual da vida de nossas comunidades de fé. Em algumas situações, faz-se necessário iniciar o processo criação de conselhos econômicos e pastorais de caráter verdadeiramente participativos. A revitalização do Dízimo deve ser compreendida não como arrecadação, mas como expressão de corresponsabilidade batismal. É preciso garantir que mulheres - segundo os dados do Censo 2022, o maior grupo de pessoas que se declara católico -, jovens e pessoas com deficiência e neurodivergência sejam ouvidas e tenham voz efetiva nas instâncias decisórias da vida evangelizadora.
71. Do ponto de vista da **Conversão dos Vínculos (Missão)**, é preciso que o movimento de recepção das DGAS aponte na direção da cooperação ecumênica entre comunidades de fé que se reconhecem como irmãs cristãs e o do diálogo interreligioso, como antídotos ao sectarismo, à intolerância e à fragmentação de nossos dias. Nesse sentido, o Pacto Educativo Global, proposto pelo Papa Francisco, é ferramenta estratégica, exigindo, dentre outras coisas, cooperação no enfrentamento à crise nas humanidades e à dependência de mercados e promovendo uma educação que forme para a humanização e ao compromisso ético, e não apenas para a competitividade técnico-profissional.

Os caminhos da missão

72. O último grupo de dificuldades se volta para os caminhos da missão, reconhecendo que, se por um lado, são indispensáveis para a ação evangelizadora em nossos dias e articulados entre si, por outro, cada um dos caminhos apresenta peculiaridades que precisam ser consideradas. A primeira dificuldade, como já indicado antes, surgirá da compreensão justaposta tanto dos cinco caminhos para a missão quanto das três





conversões sinodais. Esta justaposição, isto é, a consideração dos caminhos apenas colocados um ao lado do outro, a serem escolhidos conforme a realidade local, não vai permitir que se avance no impulso evangelizador necessário em nossos dias. A integração dos cinco caminhos é vital para que a nossas igrejas locais, em seus movimentos de recepção das DGAE, não se fragmentem em ativismos. Palmejar de maneira integrada esses cinco caminhos depende intrinsecamente de uma profunda conversão pastoral interna, que revise nossas estruturas e modo de ser, na direção da constituição de uma igreja sinodal em terras brasileiras. Ou nosso caminho pastoral aprende a pensar em rede, com o crescimento concomitante de cada um dos caminhos, ou permaneceremos em um terreno pastoral que, em boa parte, já não responde mais aos desafios de nosso tempo.

73. O primeiro caminho da missão consiste em promover uma **Animação Bíblica da Pastoral** que permita que a Palavra de Deus seja a alma de nossa ação evangelizadora. O compromisso aqui é transcender a leitura puramente acadêmica ou a leitura literal-fundamentalista das Escrituras para promover um encontro existencial com a Palavra de Deus, garantindo que as Escrituras alimentem cada decisão pastoral e iluminem a nossa realidade pessoal, pastoral e social.
74. O segundo caminho da missão dá continuidade aos processos de **Iniciação à Vida Cristã (IVC)** que já estão em curso em nossas igrejas. É preciso consolidar os itinerários querigmático-mistagógicos de inspiração catecumenal, na certeza de que estamos em transição de um catolicismo de manutenção, muitas vezes nominal, para um catolicismo de convicção e testemunho, onde o interlocutor não apenas recebe informações, mas mergulha no mistério de Cristo e assume sua corresponsabilidade batismal.
75. O terceiro caminho da missão nos convida à constituição de **comunidades de discípulos missionários**, consolidando, sobretudo, as nossas paróquias como redes de comunidades e reconhecendo os fiéis cristãos leigos e leigas como sujeitos ativos que devem ocupar com profetismo os diversos espaços internos de nossas comunidades, bem como, os inúmeros espaços externos, como, por exemplo, trabalho, política, cultura digital etc.
76. As maiores dificuldades são as que já vêm se manifestando desde que começou a falar em pequenas comunidades, tendo Aparecida como





referência (DAP 170ss, 309). A dificuldade que mais tem sido indicada diz respeito à resistência eclesial e ao já mencionado clericalismo. A estrutura paroquial tradicional ainda é muito focada na figura do padre e na centralização das atividades na igreja matriz. Superar o modelo burocrático-administrativo para um modelo orgânico exige o esforço para a descentralização, o que nem sempre é bem aceito por lideranças que temem perder o controle institucional. Esta dificuldade conta ainda com o impulso da falta de formação para a sinodalidade, no sentido de que a transição para comunidades menores exige corresponsabilidade e recompreensão ministerial. Também nesse aspecto se percebe o impacto da mentalidade urbana, marcada pelo individualismo e pelo consumismo religioso, onde a pessoa vai à igreja apenas para receber sacramentos, mas sem compromisso comunitário. Além disso, a opção por uma pastoral de massas acaba se tornando uma das barreiras invisíveis mais complexas para a implantação das pequenas comunidades. Esse choque metodológico e cultural cria tensões na forma de vivenciar a fé e na prática eclesial. A pastoral de massas baseia-se em grandes eventos. Seu foco está mais no alcance quantitativo, no impacto visual e no atendimento de multidões. Por sua vez, as comunidades propostas pelas DGAE implicam relações personalizadas, proximidade, partilha de vida mútua, escuta profunda e acompanhamento pessoal. O desafio consiste em estabelecer uma síntese dinâmica entre esses dois aspectos, criando pontes para que a pessoa impactada na massa dê o passo para uma pequena comunidade de discípulos missionários.

77. O quarto caminho da missão nos convida a qualificarmos e articularmos nossa **Liturgia** com nossa **Piedade Popular**. O Brasil é lugar onde a evangelização encontra sua força na harmonização entre o rigor litúrgico e a fé simples do povo brasileiro. A Piedade Popular, especialmente nos muitos Santuários que temos, é uma força evangelizadora autêntica na qual os muitos sujeitos da fé que ali estão, estimulam, por exemplo, nossas igrejas à total dependência de Deus. Neste campo, as manifestações de piedade popular, ao mesmo tempo que são riquíssimo caminho para a evangelização, têm apresentado algumas preocupações, compreendidas aqui como dificultadoras para a implementação das DGAE. Há, portanto, de se ter atenção em relação à mercantilização e à espetacularização. Em um tempo de forte busca por novidade, acaba sendo grande o risco de uma lógica de barganha com o





divino, sem que se dê destaque à conversão de vida e ao compromisso com a justiça socioambiental. Além disso, há de se ter cautela em relação às apropriações culturais e mesmo políticas de símbolos devocionais. Preocupa também o fato de algumas devoções antigas e símbolos tradicionais terem sofrido ressignificações, passando a marcar posições ideológicas, algumas vezes em oposição à própria hierarquia da Igreja.

78. O quinto caminho é o **Serviço à Vida Plena para Todos**. Este caminho nos apresenta dificuldades tanto no âmbito do especificamente religioso como no âmbito sociocultural. No âmbito religioso, aplicam-se igualmente aqui as observações apresentadas para o item anterior. O perfil religioso de caráter intimista e consumista encontra dificuldade para compreender que a fé possui também uma dimensão fraterno-caritativa, que se configura em compromissos socioambientais. No âmbito sociocultural, o Brasil de nossos dias vem experimentando forte polarização ideológica e política para a qual referências e implicações socioambientais da fé são descartadas sob a acusação de não pertencerem ao âmbito da fé. Ao contrário, porém, o serviço à vida plena é um constante convite à crítica contra o paradigma tecnocrático e à lógica do lucro absoluto. Inspirados por ele, devemos desmascarar a falsa visão da meritocracia que culpa os pobres por sua condição. Somos chamados a potencializar nossas ações sociotransformadoras e articular redes de ecologia integral para proteger a casa comum, defendendo a vida desde a concepção até o seu fim natural, contra o descarte promovido por sistemas injustos e contrários ao Evangelho.

Requentamento?

79. Transversalmente ainda existe o risco de se pensar que estamos diante de *mais do mesmo*, ou seja, que os caminhos para a missão representam as mesmas prioridades e urgências mencionadas pelo menos desde as DGAE que buscaram incorporar as conclusões de Aparecida. Aqui, o desafio para a implementação das DGAE passa pelo esforço por constantemente recordar que a ação evangelizadora ocorre em um tempo diferente do que atualmente é compreendido e vivenciado. Enquanto nossos dias são marcados pela aceleração do tempo, para a qual tudo rapidamente ingressa na condição de obsolescência, exigindo contínua novidade, as





transformações propostas pelas DGAE implicam um tempo muito maior, talvez décadas. Não nos esqueçamos de que os documentos oficiais da Igreja apresentam a característica de terem recepção lenta e gradativa solidificação. Esta, aliás, foi a razão pela qual se pediu a ampliação do tempo da vigência das atuais DGAE para seis anos.

80. Os caminhos da missão estão conectados com as urgências da ação evangelizadora e com outras categorias utilizadas até o momento pelas DGAE. Não são, portanto, realidades radicalmente novas no sentido de um novo produto ao consumo imediato e logo descartado. Ao contrário, realizam, por exemplo, indicações de papas para o caminhar da Igreja ao longo de muitos anos. Resumidamente, é possível mencionar S. João Paulo II, que, em sua Carta Apostólica *Novo Millennio Ineunte* indica princípios evangelizadores para a Igreja no terceiro milênio, propondo que as comunidades não busquem fórmulas mágicas para a evangelização, mas que recomecem de Cristo com um novo ardor, buscando a santidade como prioridade absoluta e sempre abertas a mares mais profundos. Pensemos ainda no que o Papa Francisco com sua exortação apostólica *Evangelii Gaudium* nos deixou a respeito da conversão pastoral e da Igreja em saída rumo às periferias existenciais.

Uma Igreja Tenda dos Encontros

81. Por fim, não há dúvida de que a implementação das atuais DGAE e das conclusões sinodais, como partes de um único processo, têm como meta a transformação da ação evangelizadora a fim de que esteja efetivamente apta a dialogar com o mundo que aí está. Para expressar este desafio, as DGAE escolheram a imagem da *tenda do encontro* (Cap. 1). Por meio dela, a Igreja no Brasil quer ser, ao mesmo tempo, fiel ao caminho percorrido até agora, sendo, entretanto, apta a escutar os sinais dos tempos e a dialogar com um contexto de pós-cristandade, altamente plural, mutante e individualizante. A tenda expressa a flexibilidade e a leveza indispensáveis para o caminho no deserto. Os encontros expressam a condição básica do Evangelho, que aponta uma condição de fraternidade para todos os seres humanos. Ao mesmo tempo que se trata de uma imagem profundamente apta a condensar e apresentar o que a Igreja no Brasil, ao ouvir o Espírito,





entende como sua vocação, a tenda dos encontros é um claro alerta a que não se queira uma igreja tão radicalmente fincada nos chãos analógicos que não seja capaz de dialogar com a mentalidade digital, que de tal maneira retrotópica que já não consiga mais ser profeticamente relevante para o mundo que aí está. Importa que por todos os meios possíveis e condizentes estas DGAE sejam apresentadas aos mais diversos recantos geográficos e socioculturais do país. Durante a construção desta análise, emergiu a preocupação de que sejam levadas para os seminários e demais casas de formação, a fim de que elas sejam conhecidas, refletidas e rezadas. Não custa nada sonhar.

